

PORTUGUÉS

República Dominicana: A OEA está por trás do golpe à democracia?

El Ciudadano · 28 de febrero de 2020



No domingo passado, 16 de fevereiro, as eleições municipais na República Dominicana foram suspensas enquanto o processo estava sendo realizado em votação plena. A decisão foi tomada devido a uma falha técnica no sistema de votação automatizado usado pela primeira vez no país, com a aprovação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Essa situação gerou acusações cruzadas entre oficialismo e oposição; a ponto de abalar a ordem democrática do país do Caribe.

A votação foi suspensa às 11h11 da manhã, quatro horas após a abertura das assembleias de voto. Naquele momento, havia longas filas diante dos centros de votação em Santo Domingo e em 17 outras cidades onde o sistema deveria ser implementado.

A suspensão é sem precedentes em um país que desfrutou de alguma estabilidade política nas últimas décadas, apesar da cruel desigualdade social e da extrema pobreza prevalecente nos setores populares; e as alegações usuais de fraude toda vez que são realizadas eleições desde 1966.

A falha técnica fez com que nem todos os partidos ou candidatos aparecessem na tela das urnas. Esse cenário gerou críticas iradas das forças políticas afetadas nas primeiras horas do dia.



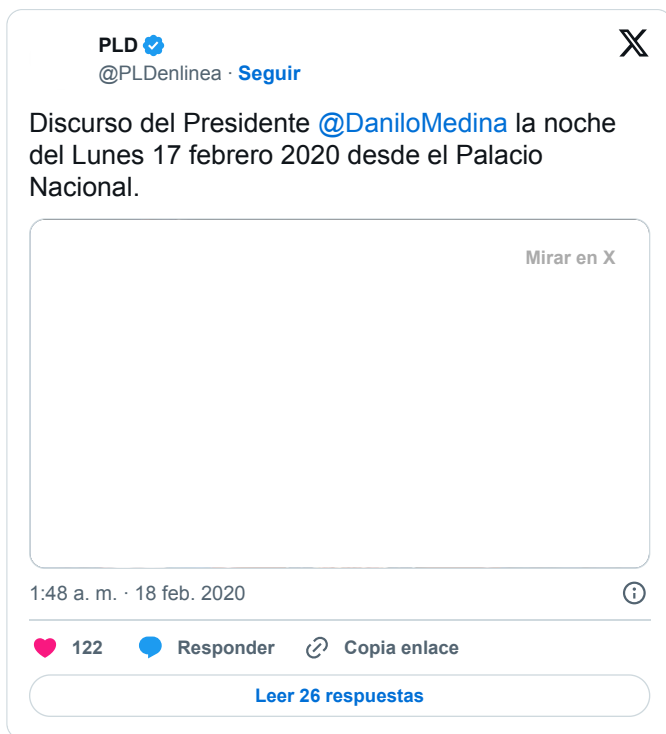
Esses problemas técnicos foram verificados pelas autoridades eleitorais na noite de sábado, foram comunicados a partidos políticos e observadores internacionais e ainda decidiram fazer o processo.

Apesar de conhecer os erros, a Junta Central Eleitoral (JCE) não decidiu interromper o processo até que se descobrisse que as decisões ocorriam de maneira generalizada nos distritos eleitorais em que a votação automatizada era usada.

Julio César Castaños Guzmán, presidente da JCE, afirmou que a nova data das eleições municipais será decidida de acordo com a liderança nacional. No entanto, os eleitores acreditam que a suspensão se deve a um truque do governo de Danilo Medina e do Partido Dominicano de Libertação (PLD) – que, segundo as pesquisas, perderia por uma grande vantagem – tentar não perder o controle do poder e dar chances para executar algo que lhes permita ficar.

De acordo com a Lei Eleitoral Dominicana, há um período de 30 dias para convocar as eleições após a confirmação do cancelamento do processo. No entanto, alguns setores políticos não descartam que coincidam com os presidenciais e legislativos em 17 de maio.

Enquanto isso, as ruas da República Dominicana foram tomadas pelos cidadãos, que se manifestam contra o regime de Medina e denunciam a fraude que pretendem executar.



Críticas ao corpo eleitoral e acusações

A suspensão da votação causou uma torrente de acusações cruzadas entre os principais partidos políticos, bem como uma enxurrada ainda maior de críticas à autoridade eleitoral.

A suspensão das eleições é um grave abuso dos direitos democráticos dos cidadãos, o que leva a uma grave crise institucional. Isto foi afirmado pelo líder da oposição Luis Abinader, candidato à presidência do Partido Revolucionário Moderno (PRM).

Por sua vez, o PLD, treinamento do presidente Danilo Medina, afirmou que houve sabotagem nas urnas e acusado de participar nos setores internos do órgão eleitoral.

Embora ele não tenha acusado abertamente a oposição de ser responsável pela suposta sabotagem, o presidente do PLD, Temístocles Montás, argumentou que, segundo ele, os oponentes são os principais beneficiários dela.

Da mesma forma, atacou a Abinader por pressionar o Conselho a suspender as eleições e acusou a oposição de desacreditar o sistema de votação automatizado, uma vez que foi posto à prova.

A votação automatizada permite que o candidato seja escolhido em uma tela e depois imprime a cédula, que deve ser inserida na urna. Sua grande vantagem é que permite acelerar a contagem.



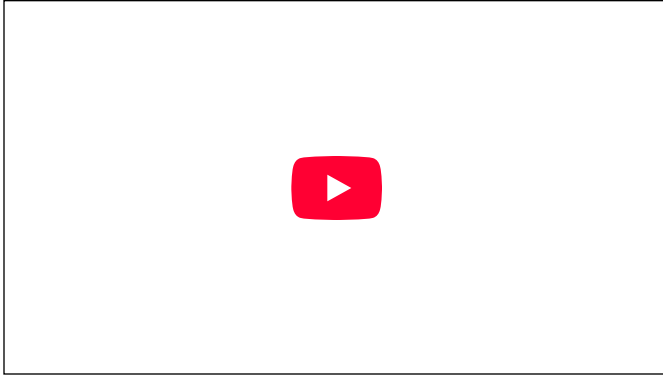
As urnas foram usadas pela primeira vez, com grande controvérsia, nas primárias de 6 de outubro passado, que celebraram o PLD e o PRM, os dois maiores partidos do país.

O ex-presidente Leonel Fernández – ex-membro do PLD – e fundador da Força Popular – lidera todas as pesquisas de opinião da presidência e se opõe ao voto automatizado, porque ele não possui todas as garantias de segurança e verificação necessárias para sua aplicação.

Por esse motivo, Fernández constantemente desacredita o sistema que, segundo sua própria experiência, era fundamental para cometer fraudes contra ele e favorecer Gonzalo Castillo nas primárias, afilhado político do atual presidente e agora candidato à presidência.

Devido a essas controvérsias, a autoridade eleitoral decidiu limitar o uso do voto automatizado nos municípios a 1.772 distritos, 11% do total, mas representando cerca de 60% do eleitorado.

No restante dos círculos eleitorais, principalmente nas áreas rurais, os eleitores marcavam seus votos manualmente em cédulas de papel, como sempre foi feito.



Quase 80 milhões de dólares perdidos

A suspensão das eleições teve um alto custo em um país com 10 milhões de habitantes. Para essas eleições, a JCE adquiriu 55.000 máquinas de votação, que não puderam ser utilizadas novamente, a um custo de US \$ 19 milhões desembolsados para a empresa Digiworld, vencedora da licitação.

A esse dinheiro é adicionado o orçamento alocado pelo Ministério das Finanças para a organização das eleições, que totalizou 3.182,9 milhões de pesos, cerca de 60 milhões de dólares.

Além dos orçamentos oficiais, a suspensão também teve um impacto no bolso de alguns cidadãos.

Por exemplo, um eleitor identificado como Beatriz Díaz disse à agência EFE – em uma faculdade eleitoral – que sua filha havia se mudado dos Estados Unidos durante as eleições e teve que sair sem poder votar.



«O lógico é ter confiança nesse sistema, ele foi auditado e revisado». Essas palavras, pronunciadas publicamente quatro dias antes das eleições, podem ter pesado o chefe da missão de observação eleitoral da OEA, ex-presidente Eduardo Frey.

No entanto, as eleições foram suspensas, após a verificação de uma «falha técnica» no sistema de votação automatizada.

Até terça-feira, teorias parecem sobrar em Santo Domingo entre os atores políticos. Da sabotagem aos servidores da Junta Central Eleitoral, a uma falha generalizada devido ao manuseio apressado do sistema automatizado, eles fazem parte das hipóteses generalizadas, enquanto nas ruas as pessoas protestam, denunciam uma eventual fraude eleitoral e exigem a renúncia dos magistrados que dirigem o JCE.

Depois, no meio, há a OEA, cuja influência está presente nos fundamentos da comissão desde 2019, a ponto de compartilhar responsabilidades entre aqueles que certificaram o sistema de votação automatizado que

seria usado pela segunda vez no país.



A OEA e os EUA por trás da crise

O jornalista venezuelano Taynem Hernández escreveu um artigo de opinião intitulado «O que a OEA está fazendo na República Dominicana?», No qual descreve o que está relacionado à suspensão das eleições.

No texto, Hernández comenta que em novembro de 2019, o presidente da JCE viajou a Washington para assinar com a OEA o acordo de observação eleitoral para as eleições de domingo passado.

Lá, ele recebeu “recomendações de funcionários” da agência para solicitar à Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) “seu apoio na gestão perante a Comissão de Assistência Eleitoral dos Estados Unidos (EAC) para uma colaboração técnica para auditar o software e o sistema de votação automatizado”.

«Isso foi feito. Naqueles dias, o pedido foi feito ao IFES, uma fundação dedicada a questões eleitorais, patrocinada pelos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália, entre outros; e que ele coordenou que a auditoria fosse paga pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), amplamente conhecida na Venezuela por cuidar de boa parte da distribuição de recursos financeiros para operações que ajudam a derrubar o presidente Nicolás Maduro », explica Hernández.

Além disso, acrescenta que, de acordo com a ata 43-2019 da sessão do JCE de 17 de dezembro, na qual foi aprovado para tornar público esse pedido, está descrito que a auditoria incluiu uma análise dos códigos-fonte (instruções a serem seguidas pelo equipamento de computador para executar um programa); a integridade e segurança dos dados, a transparência do sistema e «qualquer outro elemento que dê tranquilidade aos atores políticos e à sociedade civil, que participarão do concurso eleitoral».



A auditoria do sistema automatizado de votação pago por Washington foi realizada na última semana de janeiro. De acordo com o relatório apresentado em 7 de fevereiro, «a equipe de avaliação não identificou nenhuma deficiência importante no sistema de votação automatizada que será usado nas eleições municipais de 16 de fevereiro de 2020».

Hernández também comenta que, quando o relatório foi datado, os resultados já eram conhecidos. Até o presidente do JCE, que se reuniu com os representantes da IFES e da USAID, sabia na tarde de 24 de janeiro «discutir os resultados da avaliação pré-eleitoral».

«Horas antes, em um hotel em Santo Domingo, também foram informados os membros de uma equipe técnica da OEA enviada para essa tarefa. O resumo das reuniões, incluído no relatório do IFES, diz: “Reunião, 24 de janeiro de 2020, amanhã (Hotel El Embajador).”

O objetivo da reunião foi compartilhar as conclusões preliminares da equipe de avaliação com a OEA e discutir possíveis problemas que poderiam surgir com o sistema de votação automatizada. A reunião contou com a presença de representantes da embaixada dos EUA, da Usaid, da IFES, da OEA e dos avaliadores Pro V&V. ”

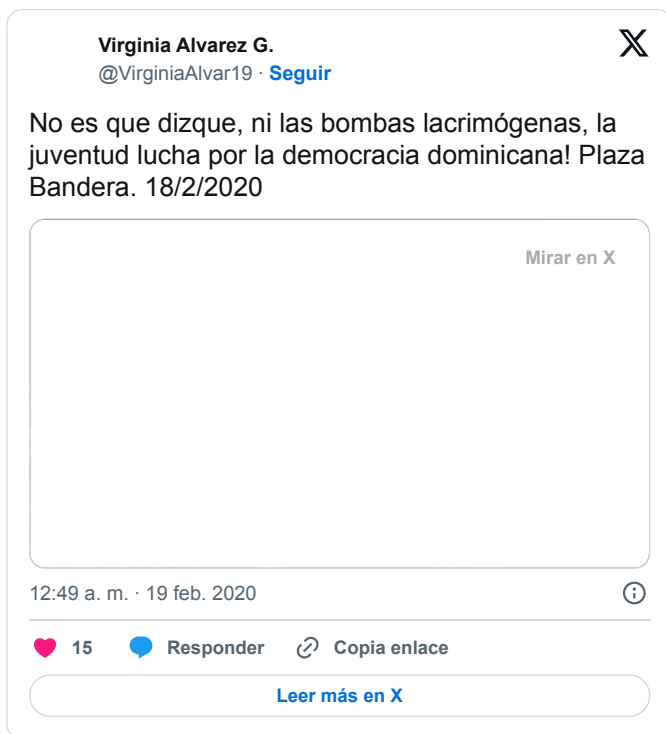
Quais foram os “possíveis problemas que podem surgir” que não estão descritos no relatório? Os magistrados do JCE discutiram esses possíveis problemas? A auditoria recomendada pela OEA e paga por Washington detectou alguma vulnerabilidade que preferia silenciar?



O fato é que, no sábado, 15 de fevereiro à noite, no início das eleições, tanto a missão da OEA quanto a missão de assistência técnica da IFES participaram de uma reunião na JCE na qual foram informadas da detecção de falhas nos equipamentos de informática e vontade de corrigir os erros antes do início do dia das eleições.

Às 11 horas do domingo, as eleições foram suspensas. A partir daí, a atividade da OEA se acelerou. No mesmo domingo à noite, ele se encontrou com Danilo Medina e, novamente, com as autoridades do JCE. Na segunda-feira 17, a missão se reuniu com cada um dos três candidatos à presidência (que devem ir às eleições em maio próximo).

Os quatro líderes políticos, incluindo o Presidente, garantiram publicamente que a presença da OEA era necessária. No mesmo dia, o JCE anunciou a data das novas eleições municipais. Mais importante do que isso, ele informou a decisão de que as eleições fossem feitas com cédula física e descartasse o sistema automatizado. A OEA recebeu com agrado a votação manual. IFES também.



¿O que Leonel Fernández diz?

Por sua parte, Fernández indicou que o voto automatizado foi enterrado após a decisão apresentada pelo sistema na realização das eleições municipais.

O ex-presidente Fernández (1996-2000; 2004-2012) destacou que, para que o sistema de votação automatizado seja ideal, várias medidas de segurança que não foram aceitas pelo JCE devem ser levadas em consideração.

«Em princípio, todas as partes aceitaram o voto automatizado, mas, para aplicá-lo, é necessário tomar uma série de medidas relacionadas à certificação das equipes e à auditoria técnica anterior ao programa de software, o código-fonte», disse Fernández el segunda-feira.



Também disse que, na ausência de tais medidas protocolares, o sistema falharia na República Dominicana ou em qualquer lugar do mundo.

“Se isso não for feito, não há garantias de segurança e integridade ao sistema eleitoral. Aqui não foi feito, afirmamos constantemente, evidentemente que, na ausência dessas medidas de protocolo, em qualquer lugar do mundo, eletrônico ou automatizado terá que falhar”, afirmou.

Em discurso apresentado na segunda-feira, Fernández disse que parte das falhas do sistema foram a exclusão de candidatos da tela, imagens de partidos e candidatos truncados, entre outras irregularidades.

“O único partido que estranhamente não foi afetado por nenhuma dessas circunstâncias anômalas foi o partido no poder, cuja atual liderança, há algum tempo, cultivava uma conduta inescrupulosa de desrespeito à Constituição, de ignorância das instituições democráticas. e de quebrar a vontade popular ”, disse Fernández.

¿A democracia representativa entrou em colapso?

O jornalista e cientista político dominicano Juan Carlos Espinal exortou a oposição a denunciar perante a Organização das Nações Unidas (ONU) um «golpe eleitoral civil-militar» para sabotar as eleições, apoiadas e planejadas pelo governo de Danilo Medina.

«Se a oposição permitir e não fizer um julgamento político ao presidente da Junta Central Eleitoral, e ao mesmo tempo reclamar formalmente perante os tribunais da República, se ele não se retirar das eleições em conjunto, até que haja garantias constitucionais, daqui até maio, o que o governo de Danilo Medina e o Comitê Político do PLD fizeram, junto aos setores da CONEP, aos setores da FINJUS, aos empresários e à igreja; em combinação com setores da geopolítica internacional, liderados pela OEA, e na vanguarda deste (Luis) Almagro. Se isso acontecer aqui, passe pela mesma situação em 6 de outubro e 16 de fevereiro, em maio », afirmou Espinal.

Além disso, a opinião de Espinal se refletiu em um artigo publicado na segunda-feira passada, no qual ele explica que 32 pesquisadores locais e internacionais realizaram pesquisas sobre preferências políticas e colocaram Fernández como o principal candidato a vencer.

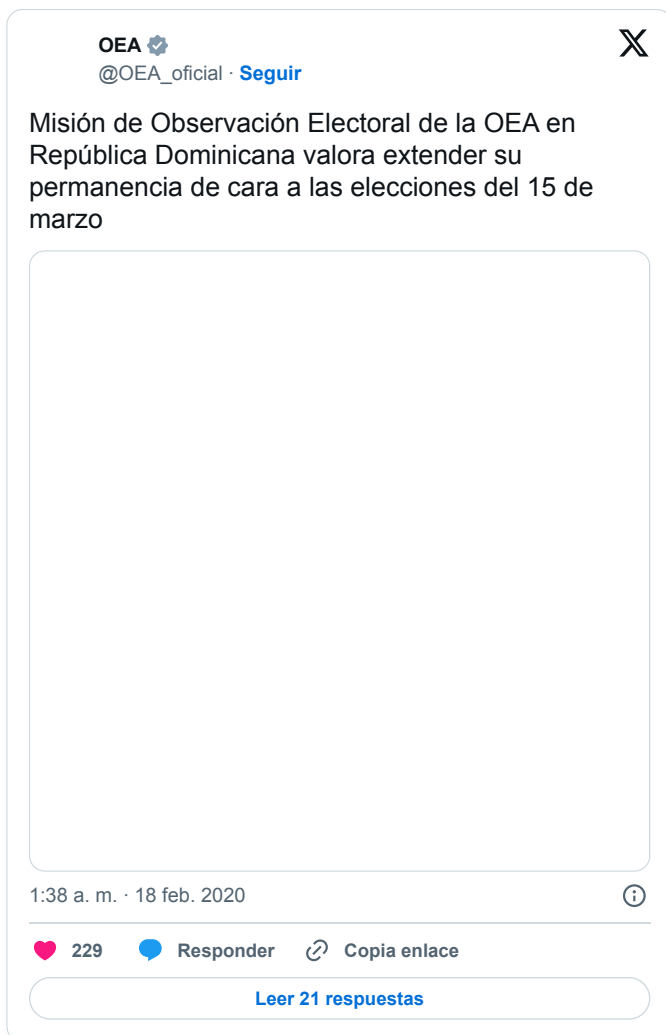


«Em 6 de outubro, foi realizada a primária aberta do PLD. Danilo Medina impôs Gonzalo Castillo como candidato à presidência. Lá, o orçamento de Obras Públicas foi usado e a primeira grande fraude eletrônica na história eleitoral do país foi executada », descreve Espinal.

Nesse sentido, indica que, segundo a Citizen Participation, uma ONG ligada à Transparency International, que por sua vez tem vínculos com a USAID, Medina e seu governo, implementou a compra de 32% dos eleitores.

Em 20 de outubro de 2019, houve um evento histórico que marcou a saída do então presidente histórico do PLD, Leonel Fernández.

Segundo Gustavo Sánchez, membro do comitê central do PLD, 40% da inscrição do partido renunciou e foi empossado em Fuerza del Pueblo, após a saída de Fernández.



Segundo a pesquisa da Gallup, 67% da população rejeitou o projeto de reeleição do presidente Danilo Medina para um terceiro mandato. «Isso causou a militarização do congresso nacional e 35 dias de mobilização popular nos 158 municípios e 234 municípios».

Segundo a pesquisa, a rejeição da população aos membros do JCE antes de 6 de outubro atingiu 55%. Então, 90 dias depois que Leonel Fernández renunciou ao PLD e fundou o partido Força do Povo, a pesquisa de Mark e Penn estabeleceu que 19% dos dominicanos apóiam sua candidatura presidencial.

Fernández e sua equipe jurídica tiveram que contornar 29 disputas judiciais para sua candidatura presidencial. Essa campanha de judicialização foi financiada e dirigida por Temistocles Montas, chefe do PLD.

«Ao mesmo tempo, foram contratados comunicadores especializados para liderar uma campanha de mídia atroz promovida pelo Ministro Administrativo da Presidência. A idéia central era contrariar a popularidade de Fernández e tentar reduzir o impacto da divisão no PLD na opinião pública », acrescenta Espinal.

https://twitter.com/somosunosrd/status/1230189749475868673?ref_src=twsrc%5Etfw

64% da população dominicana querem o PLD

Espinal aponta em seu artigo que, de acordo com estudos estatísticos – locais e internacionais – 64% dos dominicanos querem PLD fora do governo.

A divisão do PLD resultou na assinatura de um pacto político entre Luis Abinader, candidato à presidência do Partido Revolucionário Moderno (PRM), e Leonel Fernández. Desde então, as pesquisas estabelecem que a oposição venceria a maioria das prefeituras, deputados e senadores, das 3.846 posições eletivas em jogo.

«Os relatórios de inteligência apoiados por pesquisas geográficas estabelecem que Fuerza del Pueblo e Leonel Fernández obteriam nas eleições municipais de 16 de fevereiro entre 19% e 24% das candidaturas municipais. O PRM obteria 41% dos municípios e o PLD 26% dos 158 municípios e 234 distritos.

Então, para Espinal, a suspensão das eleições municipais fazia parte de uma «operação militar do governo de Medina, enviando 64.000 membros do Exército para apoiar a Polícia Militar».

https://twitter.com/pabloviollier/status/1229550234889486337?ref_src=twsrc%5Etfw

«O governo de Danilo Medina cometeu um ato de subversão política, criando as condições para o início de uma escalada popular de grandes manifestações. De acordo com um relatório do Departamento de Estado, publicado através da Embaixada dos Estados Unidos em Santo Domingo, os cidadãos daquele país são alertados para evitar se expor a riscos potenciais de violência complexa.

De acordo com relatos recebidos pelo Observatório Cidadão da REDSOCIALCODI, delegados eleitorais em pelo menos 89 municípios concordam em estabelecer o uso e abuso dos recursos do Plano Social Presidencial na distribuição de 20 milhões de dólares em aparelhos a serem distribuídos horas antes O município.

«Segundo analistas internacionais de diferentes redes de notícias e advogados constitucionais consultaram a operação militar liderada pelo presidente Danilo Medina, procurou-se impedir o maior número de eleitores de participar das pesquisas, unificar as eleições municipais e do congresso com as eleições presidenciais e permitir sua participação. candidatura », explica Espinal.

«O golpe militar resultará no repúdio do governo dominicano, na rejeição unânime da comunidade internacional e no início de um ciclo de lutas e contradições políticas que causarão a divisão do PRM e a renúncia de combatentes à Força Popular», acrescenta.



Espinal também acrescenta em sua análise que a suspensão das eleições, pela primeira vez na história contemporânea de 1962 a 2020, tem outro elemento que fica embaixo da mesa, mas que tem muita influência na política, o poder dos pôsteres dos droga

«Segundo o pesquisador Gallup, os cartéis de cocaína têm mais influência no país do que a mídia, partidos políticos e igrejas. Segundo informações da inteligência, o narcotráfico – em comum acordo com os setores oficiais do PLD – estaria por trás da compra de votos nos bairros da República Dominicana ».

«Trata-se da tentativa de golpe de estado e de um ato criminoso que deve ser investigado. República Dominicana e Dominicanos não merecem isso. O PLD e os autores intelectuais e materiais desse crime contra a democracia e a institucionalidade devem ser levados aos tribunais da República », concluiu.

Eleições da OEA: Maria Fernanda Espinoza busca fazer história derrotando os EUA e Almagro

(Lista 2020) Massacre sistemático de líderes sociais pelo narcouribismo de Duque preocupa a ONU

Fuente: El Ciudadano